



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 04 – Sociologia da Cultura

Moacyr Félix e a revista Paz e Terra

Dédallo Neves¹

INTRODUÇÃO

Em julho de 1966 começou a circular uma revista cujo propósito era ser o “campo onde os humanismos, as igrejas e os diálogos dos homens de boa-vontade superam as diferenças de estrutura e instituição, raça e credo, cultura e partido” (PAZ E TERRA, 1966, p. 4). Moacyr Félix, poeta e editor com ampla circulação no meio intelectual², estava envolvido em mais um

¹ Doutor em sociologia (UFPR), professor da rede básica do estado do Paraná, trabalho financiado pela CAPES, depaula.neves@hotmail.com.

² Moacyr Félix (1926-2005), poeta, editor e ensaísta carioca. Depois de formar-se em direito na Faculdade Católica, no Rio de Janeiro, no começo dos anos 1950, viajou para a França para estudar filosofia. Foi onde conheceu mais detalhadamente o existencialismo sartriano e as obras do jovem Marx. Ao retornar ao Brasil, esteve envolvido com a intelectualidade de esquerda próxima ao Partido Comunista, sendo um dos membros fundadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), embora nunca tenha aderido à militância partidária

projeto cultural em defesa do humanismo, uma tônica da sua trajetória. Motivada pelo diálogo religioso, a revista Paz e Terra circularia até 1969 com dez volumes publicados e seria dirigida por Waldo César e teria Moacyr Félix como secretário em nove. No último, com a saída de Waldo, Félix assumiu a direção e Fausto Cunha (crítico e escritor) ocupou o lugar de secretário.

É sustentado (Cunha, 2020) que a revista foi encerrada por questões financeiras, argumento que esta pesquisa tende a discordar, e sim enfatiza-se os problemas políticos, uma vez que quando a revista encerrou as atividades, a situação financeira de Paz e Terra não era tão crítica, conforme documentação que será analisada adiante.

A revista surgiu no seio da editora homônima, tanto uma quanto outra tiveram impacto significativo entre a intelectualidade vinculada ao universo católico e protestante, embora não somente entre estes setores, mas também de modo mais amplo ao propor discussões centrais da realidade brasileira, seguindo um padrão editorial da empresa-mãe. Paz e Terra foi criada como um selo da editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira.

Com este texto, pretende-se discutir a atuação de Moacyr Félix na Paz e Terra (revista e editora) e como a sua trajetória encontra nesse projeto um ponto de síntese entre dois mundos que compunham de maneira significativa a sua atuação intelectual – o católico e o de esquerda. E como ele vai delinear uma constelação intelectual por meio do humanismo, uma síntese entre os universos religioso e político, a partir de uma concepção que apareceria frequentemente na revista: o ecumenismo, ao entender um projeto e uma trajetória humanista como uma maneira de, como ele colocou em seu primeiro texto publicado em RPT, “compreender, sem preconceitos e sem ideias feitas, o mundo [que] nos cerca e o homem que dentro dele luta para alcançar em toda a plenitude a Liberdade ou o Amor” (Félix, 1966, p. 10).

DESENVOLVIMENTO

O surgimento da Paz e Terra tem duas versões. A reivindicada por Moacyr Félix e a atribuída a Waldo César. Félix tomou para si a ideia de criar uma revista em que houvesse espaço para debates que não estariam muito marcados por uma perspectiva abertamente

oficialmente. Também esteve ao lado de Ênio Silveira por pelo menos duas décadas na Civilização Brasileira, editando livros e desenvolvendo projetos, como o Violão de Rua, as revistas da Civilização Brasileira e Paz e Terra, além de outras propostas editoriais.

socialista e materialista, como era a Revista da Civilização Brasileira, em sua concepção. “Tinha uma série de católicos de esquerda, pessoal da Ação Popular, frente de libertação do Gutierrez, nós queríamos publicar aquele movimento de libertação dos católicos, Padre Henrique de Lima Vaz etc., gente de primeiríssima qualidade por aí e os protestantes” (Félix apud Ridenti, 1996).

Na lembrança de Félix, houve a percepção por parte dele de um nicho editorial que poderia ser explorado num projeto próprio. Ao ser questionado o porquê de não fazer na própria Civilização Brasileira, ele argumentou: “Tivemos que fazer [a Paz e Terra] porque eles [os religiosos] queriam ter uma série de ideias próprias. [...] nós queríamos mostrar que colaborávamos dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, lutou pela humanização da vida, lutou contra a alienação, tem consciência que este mundo está desumanizado, quer um mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias” (Félix apud Ridenti, 1996).

Diante do alinhamento ideológico a partir da ideia de humanização do mundo e na luta pela transformação contra a alienação, “Aí abrimos, eu falei: ‘Ênio, vamos abrir uma revista’, até eu que dei o título. *Paz em Terra*, era o nome, a encíclica [de João XXIII]: ‘Vamos chamar de *Paz em Terra*’. Convidamos o Waldo que era protestante” (Félix apud Ridenti, 1996). Ou seja, Félix foi a Waldo e o convidou para fazer parte do projeto que ele mesmo já tinha nomeado a partir da encíclica de João XXIII, *Pacem in terris*, publicada em 11 de abril de 1963.³

Waldo César pertencia ao movimento protestante, era sociólogo presbiteriano, membro da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e havia se engajado na transformação da Igreja Evangélica no Brasil para além do universo confessional. Sua atuação ia no sentido de uma “responsabilidade sociopolítica dos cristãos” (Cunha, 2007), cuja dinâmica assistiu seu ponto culminante entre os anos 1950 e 1960, num momento em que a sociedade brasileira estava politizando-se a partir da perspectiva de uma reivindicação do povo, estratégia que atingiu diferentes setores sociais, inclusive os próprios intelectuais. Assim como nos espaços laicos, dentro das igrejas houve uma reação conservadora, enfatizada pelo golpe de 1964 às propostas reformistas dos intelectuais religiosos. Ainda conforme Cunha (2020, p. 524):

³ O debate com a encíclica será abordado mais adiante.

Dentre as lideranças evangélicas atingidas pela censura, houve quem conseguisse sobreviver à repressão (interna e externa às igrejas) e buscasse espaços para garantir a sobrevivência das novas significações que emergiram, a fim de, ainda que na marginalidade, trabalhar para instituí-las. Um desses espaços foi o Centro Evangélico de Informação (CEI), criado em 1964, transformado em Centro Ecumênico de Informação, em 1965.

O CEI reunia uma série de agentes, pastores e leigos, teólogos e estudantes, jovens e adultos, que estavam em consonância com os ideais da responsabilidade social dos cristãos, articulando projetos para além das igrejas e com uma perspectiva ecumênica, o que explica a mudança de nome. Waldo César, portanto, estava imerso nesse meio que se vinculava também com a esquerda católica. “Era o tempo da JEC, JUC, e de vez em quando a gente se encontrava em algum lugar. Eu fui a muitas reuniões de dois ou três dias em Petrópolis. Surgiam muitas coisas que refletiam nas publicações católicas. Essa rede nunca morreu e existiu durante todo o processo. Era uma rede de resistência mesmo e que toma um corpo mais concreto com a revista Paz e Terra” (César apud Cunha, 1997, p. 174).

E a proposta da revista teria surgido, nessa versão da história, nesse meio. No processo de consolidação das atividades realizadas no CEI. Waldo César, em parceria com Luiz Eduardo Wanderley, decidiu encontrar uma editora que possibilitasse a realização de um espaço para debater propostas ecumênicas que desse vazão aos debates realizados no CEI, já como um centro ecumênico (Cunha, 2020, p. 525).

[O Ênio Silveira] ficou encantado com a ideia e nos mandou procurar o Moacyr Félix, que trabalhava com ele, e que vibrou com a ideia. Fizemos um projeto e dissemos a ele que deveríamos ter nomes de peso da Igreja Católica e do mundo secular, para que ninguém metesse a mão na revista. Com nomes como Alceu Amoroso Lima e D. Helder Câmara, esquerda lúcida e combatente, [a censura] não barraria a revista tão facilmente. Era uma estratégia (César apud Cunha, 1997, p. 174).

A acolhida da proposta indicava uma estratégia editorial num período em que as medidas judiciais e policiais contra a Civilização Brasileira ganhavam corpo, daí a necessidade também de criar um selo próprio para a edição de livros que abarcassem a proposta da revista (Rosa, 2011, p. 125). Já no primeiro número, apareceu na antecapa a publicidade de “Uma nova editora a serviço da cultura e do humanismo”, com a indicação de seis livros no catálogo, com vistas a absorver o público leitor ligado ao pensamento progressista.

O mercado editorial não vivia o melhor momento em decorrência de políticas econômicas que encareceram o custo da produção. Entre novembro de 1965 e junho de 1966, houve um aumento de 50% nos custos gráficos. Os benefícios do setor livreiro só seriam sentidos de modo mais evidente a partir da década de 1970, não obstante estratégias do governo militar para fomentar o mercado, como a isenção de impostos para todas as etapas de produção e venda do livro, inclusive a fabricação do papel de impressão. Em 1966, foi criado o Grupo de Estudos da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) que renovou a maquinaria gráfica do país, incentivando a importação de maquinário num montante de US\$ 40 milhões (Hallewell, 1985, p. 463-464). Vivia-se um momento que diferentes estratégias editoriais eram necessárias para criar um balanço positivo nas editoras. E Paz e Terra foi um projeto que apostava numa possibilidade de explorar um mercado que considerava estimulante para a saúde econômica da Civilização Brasileira. Uma aposta no projeto cultural, assim como no econômico.

Dessa maneira, a criação da editora Paz e Terra foi uma forma de apoiar a Civilização Brasileira que estava sob investigação militar em decorrência não só de sua atuação no pós-golpe, mas também devido à atuação no pré-golpe com os Cadernos do Povo Brasileiro, em especial. Assim, haveria uma possibilidade de publicar livros que teriam um público consumidor ampliado e, hipoteticamente, não seriam tão visados pelas empreitadas dos militares.

Apesar de ter sido alvo de recolhimentos de livros, a editora não chegou a enfrentar nada próximo ao que passou a Civilização Brasileira. Esta foi alvo de uma campanha intensa por parte do governo militar entre os anos de 1964 e 1970, quando

[...] um conjunto de restrições financeiras e comerciais também foi utilizado pelo governo para a desmobilização em torno da Editora Civilização Brasileira e de Ênio Silveira, juntamente com as medidas policiais e jurídicas. Basicamente, houve pressões sobre bancos para que não financiassem as edições (segundo o editor, o maior problema envolvendo a cassação dos seus direitos políticos foi a impossibilidade de continuar fazendo financiamentos por meio do Banco do Brasil, agente financeiro oficial para o setor livreiro desde a década de 1950), apreensões em quantidades suficientes para causar prejuízos significativos (acrescidas das perdas com o incêndio na sede da empresa) e, aspecto determinante na opinião de Ênio, a intimidação de livreiros para que não vendessem os livros da ECB [...] (Rosa, 2011, p. 190).

Em 1966, ano de aparecimento da Paz e Terra, a Civilização enfrentava uma grave crise financeira, obrigando Ênio Silveira a se desfazer de uma de suas publicações mais lucrativas, o

Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, vendido a seu sogro, Octalles Marcondes, além de adiar o pagamento de diversas dívidas por dois anos (Rosa, 2011, p. 191).

O próprio Moacyr Félix viu seus contratos com a editora se modificarem, diante da crise financeira. Em 11 de agosto de 1966, ele recebeu do diretor administrativo e financeiro da editora, Lourival Mazzini Netto, e do diretor editorial Mário da Silva Brito um comunicado que indicava um contexto geral de dificuldades, que dizia:

Não são desconhecidas de quem quer que seja, a esta altura, as gravíssimas consequências que a vida econômica e financeira do Brasil sofreu com a desastrosa e impatriótica política posta em prática pelo atual governo. [...] Como não poderia deixar de ocorrer, diante de tão graves causas, a crise vigente acabou atingindo em cheio a indústria e o comércio do livro em nosso país, produzindo sombrio e desalentador estado de coisas que nos obriga a medidas inevitáveis de controles de despesas e, talvez, até mesmo de diminuição no volume de lançamentos. No que diz respeito às de entendimento estabelecidas entre a Civilização Brasileira e o caro amigo, relativo à assessoria editorial que nos prestará na coleção Perspectivas do Homem, somos a contragosto obrigados a modificar parcialmente a cláusula 5ª, eliminando da mesma o dispositivo que garante um adiantamento de Cr\$ 200.000 sobre a remuneração a auferir.⁴

De acordo com o advogado que representava Ênio Silveira, houve duas grandes ondas de apreensões de livros após o golpe. A primeira entre 1964 e 1966 e a segunda em 1969 (Fragoso, p. 26 apud Rosa, 2011, p. 191). Ainda de acordo com Fragoso, o recolhimento dos livros não era sequer registrado pelas autoridades, o que dificultava a recuperação dos materiais via judiciário, considerando que nos primeiros anos de ditadura, ainda havia um STF atuante. Segundo o levantamento realizado por Rosa (2011) no Catálogo do DOPS-GB, constam cinco títulos de 1965, de quatro autores brasileiros e um estrangeiro. De 1966, constam seis títulos, além de um número da Revista Política Externa Independente não especificado⁵, mas esse número é consideravelmente maior devido à falta de registros. Além disso, havia uma relação

⁴ Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁵ De 1965: GARAUDY, Roger. Perspectivas do homem: existencialismo - pensamento católico – marxismo, 1965; IANNI, Octavio. Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil, 1965; KONDER, Leandro. Marxismo e alienação 1965; LOUZEIRO, José. Assim marcha a família, 1965; MAIA NETO, João. Brasil, guerra quente na América Latina, 1965. De 1966: PEDROSA, Mário. A opção brasileira, 1966; PORTER, Joyce. O espião involuntário, 1966 (Coleção Romance Policial, v. 8. Série Espionagem.); RODRIGUES, José Honório. Vida e história, 1966; TCHUIKOV, Vasili Ivanovitch. A batalha de Stalingrado, 1966 (Coleção Documentos da História Contemporânea, v.19.); TINHORÃO, José Ramos. A província e o naturalismo, 1966 (Coleção Temas, problemas e debates, v. 2.); TOGLIATTI, Palmiro. O caminhão italiano para o socialismo, 1966 (Coleção Temas, problemas e debates, v. 6.).

de livros considerados subversivos, disponível no Fundo do DEOPS, composta por 33 livros indicados, sendo que 17 eram da Civilização Brasileira⁶ que tinha mais livros indicados que a própria editora do PCB, Editorial Vitória, que aparecia em segundo lugar com nove (Rosa, 2011, p. 193).

Já com a Paz e Terra, apesar de também sofrer com a apreensão de livros, o número foi relativamente menor e ela e seus autores não chegaram a sofrer qualquer ação criminal por parte do Estado brasileiro, diferentemente da Civilização Brasileira. “Predominaram entre as apreensões os autores estrangeiros (as traduções eram marca do programa editorial da empresa) e pouco conhecidos no Brasil, embora muitos dos títulos contivessem as ‘palavras-chave’ (como marxismo ou nomes de teóricos marxistas) que despertavam o interesse dos agentes dos órgãos de informação e segurança” (Rosa, 2011, p. 198).

Assim, a Paz e Terra tinha uma margem de trabalho mais segura, em relação à Civilização, o que permitia uma adaptabilidade por parte de Ênio Silveira de duas formas. A primeira era um acordo entre as duas editoras de uma venda dos livros da Paz e Terra para a Civilização com desconto de 60%, conforme indicado em documentação, o que permitia uma margem de lucro maior na venda no preço de capa na livraria, haja vista que a editora tinha uma loja comercial. A segunda maneira era que tanto Ênio quanto sua esposa e seu filho eram detentores da maior parte das cotas da Paz e Terra, das 625 cotas do capital social, eles tinham conjuntamente duzentas cotas, divididas entre 75 para Ênio, 150 para Cléo Marcondes e 25 para Rui Silveira, esposa e filho, respectivamente. O restante das cotas era dividido da seguinte forma: Moacyr Félix – 50 cotas; Waldo César – 25 cotas; Wilson Fadul – 150 cotas; Maria

⁶ Livros da ECB listados: MENDES, José Guilherme. Moscou, Varsóvia, Berlim, 1956; LAPIDE, P. E. O canhão e a foice, 1959; COSTA, Bolívar. Quem pode fazer a revolução no Brasil?, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 7.); OLIVEIRA, Franklin de. Revolução e contra-revolução no Brasil, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. extra.). [No documento, o autor citado é Vamireh Chacon]; HOLANDA, Nestor de. Como seria o Brasil socialista?, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 8.); OLIVEIRA, Franklin de. Que é a revolução brasileira?, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9.); BAILBY, Edouard Andre Henry Joseph. Que é o imperialismo?, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 17.); SANTA ROSA, Virginio. O que foi o tenentismo?, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 22.); BARRETO, Leda. Julião, Nordeste, Revolução, 1963; LAGO, Mário. Brasil, 1º de abril: histórias para a história, 1964; ARRAES, Miguel. Palavra de Arraes, 1965; BORGES, Mauro. O golpe em Goiás: história de uma grande traição, 1965; GERASSI, John. A Invasão da América Latina, 1965; IANNI, Octavio et al. Política e revolução social no Brasil, 1965 (Coleção Retratos do Brasil, v. 33.); KONDER, Leandro. Marxismo e alienação, 1965; MONIZ, Edmundo. O Golpe de Abril, 1965; MOREL, Edmar. O Golpe começou em Washington, 1965; SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil, 1965.

Virginia Ribeiro Ferreira – 50 cotas; Fausto Ricca – 50 cotas; Fausto Cunha – 25 cotas; e Antonio Houaiss – 25 cotas.⁷

Diante do cenário imposto,

A rápida acolhida que a ideia de César teve na ECB indica a clara percepção, por parte de Ênio Silveira, da oportunidade que se abria e do que isso representava num momento em que aumentavam as medidas judiciais e policiais contra a Civilização e seu grupo. Já em 1968, quando a EPT tornou-se uma sociedade anônima (a esposa de Ênio, Cléo Marcondes Silveira, passou a ser acionista majoritária), a empresa publicou dezesseis títulos e, em 1969, foram vinte e cinco, o que indica que a editora conseguiu expandir suas atividades mesmo depois do AI-5 (Rosa, 2011, p. 121).

Assim, o surgimento da Paz e Terra com a temática ecumênica em vista, com discussões de intelectuais ligados ao clero, possibilitava uma maior sustentação da editora no mercado editorial. O Conselho Editorial da revista aparenta ter sido montado pensando nessa sustentação, pois dos 24 nomes que o compunham, 19 não publicaram nenhum texto ou apenas um nos dez volumes. Logo, vários nomes ligados ao clero emprestaram seus nomes para dar a credibilidade necessária para que a revista não estivesse muito frágil diante de intervenções militares. É justamente o oposto do que ocorre com a Revista da Civilização Brasileira, que precisou suprimir seu conselho editorial em decorrência dos IPMs da Imprensa Comunista e da Editora Civilização Brasileira, conforme esclarece Czajka sobre esta última:

Essa omissão, no entanto, e o que até agora os documentos têm demonstrado, não resultou de uma reformulação do Conselho ou do formato da revista que, supostamente, representaria uma nova fase da RCB, mas das condições sob as quais os processos censórios estavam sendo imputados a muitos dos colaboradores da revista individualmente. Ou seja, a omissão do corpo de conselheiros foi a forma não somente de “retirar de cena” aqueles indiciados em IPMs como estruturar a revista a partir de “uma linha independente”. Muito embora o Conselho não funcionasse na prática – não se reunia e nem decidia pela forma e conteúdo da revista – ele existia como uma identidade da própria RCB, inserida num contexto de renovação das esquerdas em torno do engajamento cultural na década de 1960, assim como envolvida no processo de consolidação da indústria cultural no Brasil (Czajka, 2005, p. 80-81).

Em alguma medida, o fato de conseguir publicar uma série de clérigos e temáticas vinculadas à Igreja, permitiu um crescimento da editora que se confirma na documentação de

⁷ Vale destacar, que a Paz e Terra foi criada legalmente separada da Civilização Brasileira, esta era encarregada apenas da distribuição.

Moacyr Félix entregue a Ênio Silveira quando o primeiro deixa a diretoria da empresa por problemas pessoais. “Meu caro Ênio, conforme você nos solicitou, entregamos-lhe, em anexo, os elementos necessários para que tenha uma visão panorâmica da atual situação econômico-financeira e editorial da Paz e Terra. [...] você verá que lhe devolvemos o comando de Paz e Terra com a satisfação de poder dizer-lhe, a você que tanto confiou em nós, que ela se encontra em situação econômico-financeira melhor do que a existente quando tomamos posse nos cargos para os quais fomos eleitos: o seu ativo é bastante para cobrir, com sobras, o seu passivo”.⁸

Esta documentação de Félix, contradiz a argumentação de que a Paz e Terra foi encerrada por problemas financeiros, conforme assinalou Cunha (2020). Defende-se que seu fechamento se deu por problemas de perseguição política, que nem mais os agentes ligados ao clero conseguiram dar apoio quando começou a fase mais radical da ditadura, no pós-AI-5. No volume 9, Waldo César anuncia a sua saída com a seguinte nota: “Com este número termino minhas atividades como diretor desta revista. Deixo registrado meu reconhecimento a todos aqueles que confiaram e cooperaram com esta proveitosa experiência cultural e ecumênica – tanto os leitores quanto os membros do Conselho de Redação – e faço votos de que o debate aberto e honesto entre os homens de boa vontade continue a experiência destes anos” (Paz e Terra, v. 9, p. 1). Moacyr Félix indica na sequência, na mesma página, uma nota também explicativa:

Circunstâncias de sua vida particular tornam impossível a nosso querido amigo Waldo César continuar dando a esta revista a valiosa colaboração que nos prestou ao longo de quase três anos. Lastimando sua ausência, queremos apresentar-lhe de público os protestos sinceros do nosso reconhecimento, certos de que ele, no decurso de sua jornada intelectual, será sempre o mesmo batalhador corajoso pela compreensão entre os homens. De nossa parte, garantimos a continuidade dos propósitos que orientaram o surgimento dessa publicação, convencidos que estamos da necessidade cada vez mais premente do encontro e diálogo de todas as tendências do humanismo contemporâneo (Paz e Terra, v. 9, p. 1).

As circunstâncias da vida referem-se às investidas dos militares contra o diretor. No ano de seu desligamento da revista, houve uma tentativa de prisão, a segunda em dois anos. Pois, em 1967, ele tivera a sua casa invadida pelo DOPS e fora levado preso, permanecendo incomunicável por uma semana. “Embora não tenha ficado expresso na nota de desligamento

⁸ Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

publicada, o conjunto das medidas policiais e jurídicas levadas a cabo contra Waldo César parece ter sido determinante para o encerramento do seu trabalho na Revista Paz e Terra” (Rosa, 2011, p. 132). Logo, a força institucional vinculada ao clero perdia sustentação na medida em que a repressão aumentava e o projeto da revista foi tornando-se cada vez mais inviável.

O surgimento de Paz e Terra e sua relação com a rearticulação da Igreja

4.2 O surgimento de Paz e Terra e sua relação com a rearticulação da Igreja

Paz e Terra surgiu num contexto em que a Igreja católica se reposicionava. No Brasil, pelo menos desde 1960, o movimento católico já falava em “socialismo democrático” e “revolução brasileira” e alianças com setores do PCB eram realizadas, ainda que sob críticas dos setores mais reacionários do clero (Arantes; Lima, 1984, p. 28).

Em documento de comemoração dos 10 anos da Juventude Universitária Católica, houve uma alteração no ideário da organização. “A história continuava a ser vista como designio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente tratava-se de agir em nome de Deus para transformar *as estruturas*, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos [...] Começava a ser contestada a autoridade eclesiástica, abria-se o campo de tensão com a hierarquia da Igreja” (Ridenti, 2002, p. 217).

A própria base social da Igreja católica forçava uma reorientação por parte da instituição, assim como no Brasil havia essa guinada à esquerda, em outros espaços também se construíam formas de dar respostas aos problemas sociais impostos, como o já citado caso de Louis-Joseph Lebret, padre dominicano vinculado ao catolicismo social francês que vinha rearticulando algumas posições da Igreja desde os anos 1940 e que teve impacto em notórios católicos brasileiros, como Alceu Amoroso Lima, Cândido Mendes e D. Hélder Câmara. Este último, inclusive, também já falava em “Revolução dentro da paz” (Câmara, 1968), duas categorias que estavam no período associadas ao pensamento de esquerda. A primeira de forma mais evidente e a segunda a partir do Conselho Mundial da Paz promovido pela União Soviética (Ridenti, 2022).

A movimentação sobre a reorientação da Igreja no período foi objeto de reflexão de Alceu Amoroso Lima no volume 1 de Paz e Terra num texto que enfatizava uma das tônicas da revista: o diálogo, que constituiria um dos fundamentos de humanismo que Félix adotaria. Essa foi a única contribuição de um dos principais nomes do catolicismo brasileiro nos dez volumes, mas não despropositadamente foi o primeiro texto da edição, após a seção fixa denominada “Paz e Terra” em que cada volume algum intelectual refletiria sobre esses dois conceitos.

O ponto é que no primeiro volume Alceu, nome forte do catolicismo, lançava um posicionamento de diálogo da Igreja com o mundo moderno a partir das alterações promovidas pela instituição. “Paulo VI declarou expressamente, na reabertura do Vaticano II, que o Concílio promoveria ‘o diálogo com o mundo moderno’ [...] A ‘sã democracia’, na base do ‘verdadeiro humanismo’ é o regime social a que devemos aspirar e pelo qual temos de trabalhar incessantemente. Essa democracia, por sua vez, tem por instrumento principal – o Diálogo. A Igreja, por seu lado, se coloca expressamente pela palavra solene do papa e do Concílio em situação dialogante com o mundo moderno” (LIMA, 1966, p. 11-12).

A proposta da revista era aproximar o mundo ecumênico do secular, num contexto de reorientação da Igreja via Concílio Vaticano II, a partir de um público interessado nesses dois pontos de contato que tinha essa base social em organizações que se afirmavam nos anos 1960, como a Ação Popular, mas não se restringia a elas. Por isso o leque não só da revista, como o da editora foi ampliando-se a ponto de conseguir alcançar a proposta ecumênica *stricto e latu sensu*.

A Editora Paz e Terra se especializou, em pouco tempo, em traduções de livros de teólogos “progressistas” e filósofos europeus e norte-americanos, e em abordagens diversificadas de intelectuais brasileiros. Através dos títulos publicados entre 1966 e 1969, que tiveram anúncios publicitários veiculados na RCB, RPEI e RPT, é possível perceber algumas das tendências e das disputas existentes nos cenários cristãos, no Brasil e no mundo, marcados, desde a década de 1950, pela disposição à cooperação entre as diversas denominações protestantes (e, a partir do Concílio Vaticano II, em 1962, entre elas e a católica) e pelo esforço de intelectuais para aproximar suas igrejas das grandes questões do mundo secular, e do marxismo (para o qual surgiam novas leituras). Os próprios slogans da empresa refletiam essas tendências: “Uma editora a serviço do encontro e do diálogo”. Por vezes, “encontro” e “diálogo” eram substituídos por “ecumenismo” e “humanismo” ou, ainda, por “diálogo humanista” (Rosa, 2011, p. 121).

Entende-se que a presença de Moacyr Félix no projeto da editora e da revista, propiciou esse encontro e diálogo uma vez que ele era o ponto de contato entre a Paz e Terra e a

Civilização Brasileira, logo circulava em diferentes formações culturais (Williams, 1979)⁹ que possibilitavam exatamente o que propunha a Paz e Terra: o ecumenismo. Muitas vezes manejando as duas revistas ao mesmo tempo, podia selecionar melhor o que caberia numa ou noutra no momento de armar os volumes. Por isso, vê-se na RPT, à exceção do primeiro volume, a presença de textos desconectados do mundo religioso.

Para a RPT tornou-se um imperativo categórico trabalhar a ideia de humanismo, o que levou Félix a aprofundar o desenvolvimento do conceito tanto na sua forma escrita (em poesia ou em ensaio) quanto editorialmente.

Nos primeiros cinco volumes de Paz e Terra houve uma seção fixa homônima à revista, cujo objetivo conforme traz a do primeiro volume era “inaugurar a abertura de algumas páginas, em cada número, para que esse ou aquele dos nossos colaboradores escreva sobre os ângulos em que vê o engate histórico das duas palavras que dão título a esta revista” (Paz e Terra, 1966, p. 5).

O primeiro foi escrito por Félix, e o poeta deu o tom dos objetivos de RPT, qual era a proposta da revista e o que ali era compreendido como paz e terra na conjunção entre os dois substantivos ecumênicos, isto em diálogo e encontro com a encíclica de João XXIII.

O diálogo quando não era explicitamente convocado a partir da verbalização, ele o era através dos fundamentos mobilizados. Isso se evidencia de partida no texto de Félix: “Paz e Terra, duas palavras, duas realidades em torno das quais gira em aberto, amplamente em aberto, o horizonte propício à boa vontade dos homens; aquela que procura a dignificação do amor para os seus atos de engajamento” (Félix, 1966b, p. 5). Na encíclica *Pacem in terris*, na última parte, no parágrafo 162, o papa João XXIII (1963, s/p) escreve: “A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a

⁹ Para Williams, formações culturais é uma forma de análise da sociologia dos intelectuais que permite compreender para além das suas atuações institucionais e considerar os vínculos afetivos de amizades como espaços privilegiados da produção. “[...] esses movimentos e tendências efetivos, na vida intelectual e artística, que tem influência significativa e por vezes decisiva no desenvolvimento ativo de uma cultura, e que tem uma relação variável, e com frequência oblíqua, com as instituições formais (WILLIAMS, 1979, p. 120).

comunidade mundial. Tarefa nobilíssima, qual a de realizar verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus”.

A ordem é estabelecida por Deus, mas a tarefa é dos homens de boa vontade, os mesmos homens que Félix se refere que devem se engajar nos seus atos. Daí continua o poeta:

Boa vontade, portanto, que não se identifica com a maciez dos sofás em que a *conscience malheureuse* dos conservadores, ou seja, dos que sabem que apenas eles lucram deixando as coisas como estão, para derrubar sobre as dores do tempo as suas secas ou ácidas definições de moral ou de justiça, de equilíbrio ou de bom senso [...] Para nós, boa vontade é a consciência de que a transcendente aceitação de nossa responsabilidade se transforma, ou pode se transformar no incandescente reconhecimento de nossa culpabilidade, na medida em que silenciemos, ou não, diante dos fatos concretos, situados, que agridem de frente os princípios humanísticos definidores do que dizemos ser, ou dever ser, o sentido mesmo da vida humana sobre a Terra. Boa vontade é a vontade que não se cansa de exigir, aqui e agora, o reino da paz. Paz aqui e agora, situada [...] uma concreta conquista, uma condição *sine qua non* para a autenticidade dos processos de libertação do homem ou de edificação do bem-estar humano (Félix, 1966b, p. 5-6).

É possível identificar nesse diálogo com a Igreja e a encíclica outras fontes que forneceram fundamentos para que ele pudesse mobilizar sua definição de humanismo para além do universo religioso que em RPT fazia parte e difundia certos ideais, como quando diz que “Paz aqui e agora, situada”, eis um ponto que traz novamente do existencialismo francês ao reivindicar a “situação”. “O homem sartriano desenvolve uma incessante atividade no mundo e, no entanto, permanece [...] com seu doloroso e abstrato isolamento. É exatamente com o objetivo de eliminar esse isolamento que Sartre elabora a noção de ‘situação’ na obra *L’Être et le Néant* [*O Ser e o Nada*], procurando através dela transformar a abstração anônima do ser-para-si nessa realidade mais concreta que é o “homem-em-situação” (Gois, 2024, p. 13). Dessa maneira, quando Félix reivindica a liberdade na RPT, pode-se interpretar uma liberdade também no sentido sartriano ao considerar que para o filósofo francês, “o Para-si é livre, mas em *condição*, e é essa relação entre a condição e a liberdade que queremos precisar com o nome de situação” (Sartre, 1997, p. 637). Isso significa que há um condicionamento histórico-social em relação ao sujeito, o que permite a Félix construir seu humanismo utilizando-se de tais ferramentas condicionantes e pô-lo em diálogo, como insistentemente anunciou, com outros setores como os religiosos. Por isso denomina “reino da paz”, aquilo que o papa diz “reino de Deus”, sob os mesmos princípios de verdade, justiça, amor e liberdade, que são as balizas para alcançar o tal mundo da paz: “Este intento é tão nobre e elevado, que homem algum, embora

louvavelmente animado de toda boa vontade, o poderá levar a efeito só com as próprias forças. Para que a sociedade humana seja espelho o mais fiel possível do Reino de Deus, é grandemente necessário o auxílio do alto” (João XXIII, 1963, s/p).

Assim, o humanismo de Félix nesse contexto não está desvinculado de sua trajetória, ele foi construído e solidificado a partir do arsenal de referências que construiu ao longo da vida e que se compõe com diferentes núcleos intelectuais, encontrando no projeto da RPT mais um espaço para a difusão desse ideário, ainda que *em situação* com o universo religioso.

O que está posto para Félix, portanto, é a necessária construção de uma realidade que esteja pautada no humanismo que, por sua vez, esteja pautado pelo diálogo de diferentes correntes do pensamento. O que está fora disso, ele classifica como dogmático. “Impossível, como consequência imediata destas reflexões, não admitir a necessidade de um diálogo, de um amplo diálogo entre homens que são de diferentes orientações, mas que se identificam, e se reúnem, pelo simples fato de serem homens que tentam resolver dentro de uma mesma História os mesmos problemas que afligem ou movimentam a todos” (Félix, 1966b, p. 7).

Essa é a forma mais elaborada que ele encontra ao fusionar diferentes correntes do conhecimento que adquiriu ao longo da vida e que encontra num projeto religioso/ecumênico a maneira de difundir, e aqui se aplica não só a revista, mas também a editora. “Encontro e diálogo - eis o alvo que pode ser atingido, que deve ser atingido, dentro das linhas de um humanismo que cresce a partir de raízes filosóficas ou religiosas diversas, mas que encontra na melhor altura do tempo, como um seu fruto a transformar-se em alimento e vida, aquele denominador comum que a todos vem co-movendo (sic.) através dos séculos, aquele ponto a que todos chegam por caminhos diferentes, e em torno do qual todos se unem: a confiança no homem” (Félix, 1966b, p. 7-8).

Conclui sua definição de o que é paz e terra, a acreditar na pessoa como fundamento máximo de seu humanismo, sendo ela capaz de alcançar a justiça e a liberdade, em suma a paz na Terra: “Este homem, o mesmo que descobriu a luz ou inventou os balões e a festa e o canto, e são as páginas mais altas de sua história que exemplarmente assim o realça, é capaz também de se assumir aprisionado ou fuzilado ou crucificado para testemunhar do seu amor para os oprimidos ou da necessidade humana de conquistar mais justiça e mais liberdade, paz e terra como o bem de todos” (Félix, 1966b, p. 9).

João XXIII não se afasta da proposta do poeta e diz ao final da sua encíclica: “Como representante – ainda que indigno – daquele que o anúncio profético chamou o ‘Príncipe da Paz’ (cf. Is 9,6), julgamos nosso dever consagrar os nossos pensamentos, preocupações e energias à consolidação deste bem comum. Mas a paz permanece palavra vazia de sentido, se não se funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta nossa carta encíclica: ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade” (João XXIII, 1963, s/p).

Não cabe a esta pesquisa afirmar Félix como um intelectual católico, não é o objetivo e de fato isso não se verifica. Mas esse ponto não nega o fato de que em diferentes momentos de sua trajetória, Félix esteve de alguma maneira próximo do catolicismo, sendo um universo preponderante na sua formação intelectual, como maneira de construção do que ficou chamado como humanismo, assim como nas relações que construiu ao longo da vida.

Como secretário da RPT, esteve em contato com diferentes nomes ligados ao catolicismo no Brasil, e a partir desse momento, também com o movimento evangélico, embora de forma menos expressiva. Sua participação nesse projeto, ainda que não seja central, não é fortuita, há uma intencionalidade em compor esse núcleo. Isso tanto se verifica que quando Ênio Silveira vende a Paz e Terra para Fernando Gasparian, Félix não se desvincula da editora.

Embora o poeta seja personagem secundária nos projetos culturais vinculados à Civilização Brasileira, trouxe para RPT nomes como Alceu Amoroso Lima, figura proeminente do catolicismo brasileiro; Fausto Ricca, personalidade que conhecia desde os tempos da publicação do seu livro *Lenda e Areia*, em 1950, e era do circuito católico. Ricca, aliás, seria um dos acionistas de Paz e Terra; sua irmã, Maria Helena Kühner, militante da Ação Popular; além de trazer nomes que estavam associados à Civilização Brasileira, como Leandro Konder e Otto Maria Carpeaux. Portanto, havia uma articulação por parte de Félix como mediador entre diferentes núcleos intelectuais, a partir da perspectiva proposta por Gomes e Hansen (2016), do “intelectual mediador”. Esta talvez tenha sido a sua principal contribuição como intelectual, a mediação que realizara entre diferentes agentes, e que puderam constituir formações culturais que eram viabilizadas através dos projetos editoriais financiados por Ênio Silveira.

Sem dúvida, Ênio Silveira é o nome de destaque nesse processo, não à toa é sempre citado e muito estudado. Félix, no entanto, exerceu um papel de trabalho editorial que colocava em marcha os projetos da Civilização e da EPT, os cargos que ocupou demonstram isso, na

maioria das vezes esteve vinculado àquelas funções de executar o trabalho (armar a revista, selecionar os textos, realizar traduções, organizar coletâneas etc.).

Fora o texto “Paz e Terra”, Félix publicou mais três textos na revista. Um poema e duas resenhas de livro. Publicado no volume 4, destinado a discutir sobre a América Latina, o poema acompanha a temática da revista. Intitulado “A carregar o corpo desta América”, o poeta faz uma crítica à apatia da América, cuja dubiedade não se evidencia se se trata de uma referência aos Estados Unidos ou à América Latina. Mas de qualquer forma uma crítica à sociedade que vê “a liberdade como goma de mascar e coca-cola” (Félix, 1967, p. 227), ou seja, símbolos do consumismo capitalista exportado pela América de lá e importados pela América daqui.

E o poeta segue fazendo apontamentos dos silêncios promovidos diante de acontecimentos os quais eram, segundo sua visão, necessário pronunciamento, tomada de posição, engajamento: “Um dia, já de há muito chegado dentro de nós, perguntarão o que fazíamos / quando estrangulavam os Lumumbas e / a ferro e brasa marcados os continentes descalços / olhavam para nós de dentro da TV / (enquanto no alimento sobre a mesa, em nossa roupa, na cortina / a marca do homem torturado aparecia)” (Félix, 1967, p. 228).

Dessa maneira, evidencia-se que Félix na construção do seu humanismo traz a marca do seu engajamento poético, contribuindo para o projeto ecumênico com características muito próximas daquelas que haviam sido apresentadas em projetos anteriores como o Violão de Rua, pelo qual também foi uma espécie de mediador.

O conceito de humanismo em Paz e Terra é sustentado a partir do encontro e diálogo, eis mais uma marca da sua trajetória como intelectual mediador (Gomes; Hansen, 2016), de se colocar *em situação com*, com alguém ou com alguma causa.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M. N. A revista Paz e Terra: um lugar da memória da comunicação religiosa, ecumênica e política no Brasil . HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 56, p. 513, 31 ago. 2020.

CUNHA, Magali N. Crise, esquecimento e memória: Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Magali N. Explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico brasileiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

CZAJKA, Rodrigo. Praticando delitos, formando opinião: Intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968). Campinas, 2009, 388p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

FÉLIX, Moacyr. Paz e Terra. In: Paz e Terra, v. 1, p. 5-10, jul. 1966b.

GOIS, Cléa. Sartre: da consciência do ser e o nada ao existencialismo humano. Reflexão, [S. l.], v. 32, n. 91, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/10921>. Acesso em: 2 fev. 2025.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

JOÃO XXIII. Pacem in terris. 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 15 fev. 2025.

LIMA, Alceu Amoroso. Diálogo da Igreja com o mundo moderno. In: Paz e Terra, v. 1, p. 11-27, jul. 1966

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

PAZ E TERRA, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, n. 1-10, 1966-1969.

ROSA, Michele Rossoni. “Esquerdisticamente afinados”: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”

Logo do 14º SNS&P na primeira página	
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	
Formato de papel A4	
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	
Fonte Times New Roman, tamanho 12	
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	
Espaço entre linhas de 1,5	
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	
Conversão do arquivo em .pdf	